

BRASIL

brasil@grupotarde.com.br

VACINAÇÃO Mais de 13 mil aguardam certificado digital

www.atarde.com.br/brasil

BELO MONTE O órgão deu prazo de 5 dias para o envio das informações

MPF quer plano de emergência da barragem

LUCIANO NASCIMENTO
Agência Brasil, Brasília

O Ministério Público Federal voltou a cobrar da empresa Norte Energia, responsável pela usina hidrelétrica de Belo Monte, informações sobre o plano de emergência da barragem da usina, localizada no rio Xingu, no Pará.

Em documento enviado ontem, o MPF deu prazo de cinco dias para que as informações sejam enviadas.

De acordo com a assessoria do MPF, o plano de emergência foi uma das maiores preocupações registradas após uma vistoria feita na região por instituições nacionais e internacionais em fevereiro.

Logo após a vistoria, o MPF pediu que a empresa encaminhasse os documentos referentes ao plano, mas o prazo não foi cumprido.

Segundo o MPF, durante a visita foi constatado que nenhuma das 25 comunidades

AÇÃO SE DEU APÓS VISITA EM FEVEREIRO

Segundo o MPF, o plano de emergência foi uma das maiores preocupações registradas após uma vistoria feita na região por instituições nacionais e internacionais em fevereiro

afetadas pela usina recebeu treinamento para como proceder no caso do rompimento da barragem.

"As pessoas ouvidas foram unânimes em informar que nunca receberam treinamento ou informações sobre um plano de emergência para eventual rompimento da barragem", diz o documento encaminhado à empresa.

Aneel

O Ministério Público pediu que a empresa informe



Regina Santos / Norte Energia / Fotos Públicas / 20.10.2013

A usina localizada no rio Xingu, no Pará, afeta a rotina de 25 comunidades

quais prefeituras e organismos de defesa civil receberam o plano de ações emergenciais de Belo Monte e como a população dessas municipalidades participa das ações preventivas e emergenciais.

O órgão também pediu a cópia do plano, do relatório de inspeção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o plano de segurança de barragens.

O MPF solicitou ainda informações para a Aneel sobre a classificação da usina

de Belo Monte de acordo com o risco, o dano potencial associado e o volume do reservatório, quando foi publicado o relatório de classificação da usina; quantas inspeções de segurança, regular e especial, foram feitas na usina, entre outros pontos.

Empresa

A Norte Energia informou que se manifestará sobre o pedido do MPF nos prazos legais estabelecidos na solicitação.

Em nota à imprensa divulgada no dia 1º de março, a empresa diz que Belo Monte possui plano de segurança de barragens (PSB) e plano de ações emergenciais (PAE) e que uma inspeção da Aneel, realizada em agosto do ano passado, constatou que o PAE é objetivo e de fácil aplicação.

A empresa disse ainda que os dois planos já foram disponibilizados aos municípios do entorno da usina de Belo Monte e à Defesa Civil da região.

PARÁ

Força Nacional vai apoiar territórios de pacificação

ALEX RODRIGUES
Agência Brasil, Brasília

Agentes da Força Nacional de Segurança Pública vão reforçar o policiamento na região metropolitana de Belém (PA) pelos próximos 90 dias. O envio de agentes da força especial foi formalizado ontem com a publicação de portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública no Diário Oficial da União.

Assinado pelo ministro Sérgio Moro, a medida atende ao pedido feito pelo governador paraense Helder Barbalho dois dias após ser empossado.

De acordo com o governo paraense, os agentes da Força Nacional auxiliarão na implantação dos primeiros sete territórios de pacificação que o governo estadual pretende instalar em áreas com elevados índices de criminalidade. Inspirados no projeto de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), do Rio de Janeiro, os cinco primeiros territórios de pacificação funcionarão em Belém; um em Ananindeua e um em Marituba.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública não revela quantos agentes serão enviados para a missão. Já o governo estadual divulgou que 200 agentes e 40 viaturas da Força Nacional devem chegar em 25 de março.



Wilson Dias / Agência Brasil / 8.3.2019

Ministra Damares Alves defende que ensino ministrado em casa seja fiscalizado

ENSINO DOMICILIAR

Governo exigirá cadastro de famílias que optem por modelo

YARA AQUINO
Agência Brasil, Brasília

Embora a medida provisória que regulamenta a educação domiciliar no País ainda não tenha sido enviada e analisada no Congresso Nacional, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, começou a detalhar as ações de acompanhamento e fiscalização dessa modalidade de ensino. Entre outros pontos, ela disse que as famílias que optarem pelo modelo serão cadastradas, e as crianças vão passar por avaliações periódicas.

Segundo a ministra, a intenção é que esses estudantes também possam ser inseridos em atividades culturais e esportivas, mesmo não frequentando a escola. "Não vai ser uma coisa solta. As famílias que estão optando pelo ensino domiciliar serão cadastradas, a escola

vai saber, o Ministério da Educação vai saber, o Ministério da Família vai saber. Vamos ter a fiscalização, o controle, as crianças serão visitadas e passarão por avaliações", afirmou Damares.

Prioridade

A regulamentação do ensino domiciliar está entre as

O modelo de ensino domiciliar a ser adotado terá fiscalização do governo

prioridades do ministério para os 100 primeiros dias do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo a ministra, um grupo de trabalho ainda discute o modelo das avaliações que serão aplicadas às crianças do ensino domiciliar. "Estamos agora decidindo no grupo se essa avaliação será semestral, anual, se a criança deverá ir à escola uma vez a cada trimestre", disse.

De acordo com a ministra, o ensino domiciliar é uma demanda de muitas famílias brasileiras, e a adesão a esse modelo deve crescer uma vez que for regulamentado. A proposta a ser enviada ao Legislativo foi construída pela pasta e pelo Ministério da Educação.



Feliz Dia da

MULHER

Ontem, hoje, amanhã, todos os dias... Afinal, um dia é pouco para lhe homenagear.

Grupo
A TARDE
COMUNICAÇÃO